

## **Semana de Acção Global Contra a Violência Armada Campanha internacional “Desarmar a Violência Doméstica”**

### **Artigo de opinião**

Em Maio passado, o mundo teve conhecimento de um evento trágico, infelizmente cada vez mais comum nos nossos jornais e televisões. Frustrado com o processo de divórcio e com a venda da sua casa, um homem de 61 anos matou a tiro a sua ex-companheira e enteada antes de se suicidar. Contudo, na opinião de muitas pessoas, o mais surpreendente deste incidente não foi a violência em si, mas sim onde teve lugar. Poucos adivinhariam que este episódio ocorreu na Noruega, onde, desde 2000, mais de 80 mulheres foram assassinadas pelos seus companheiros (actuais ou antigos). Cerca de um terço destas mulheres foram vítimas de violência armada.

A nível mundial, é mais fácil ser-se suspenso e interdito a conduzir, do que a possuir uma arma de fogo. Para muitas mulheres, tal aumenta a probabilidade de morte e ferimento por arma de fogo. Este risco é comum a países ricos e pobres, incluindo aqueles a emergir de situações de conflito armado ou afectados por pobreza extrema. Na Noruega, existem actualmente cerca de 1.3 milhões de armas de fogo legais, distribuídas por 500 000 licenças – na sua maioria, nas mãos de homens.

Este incidente na Noruega recorda-nos que nenhuma comunidade está imune ao problema da violência doméstica e da letalidade das armas de fogo nestas circunstâncias. Em França e na África do Sul, uma em cada três mulheres mortas em casa é vítima de violência armada; nos EUA os números aumentam, registando-se duas mortes por arma de fogo em cada três casos. Segundo dados do Observatório de Mulheres Assassinadas da UMAR, desde 2004 morreram no nosso país 192 mulheres vítimas de violência doméstica. Destas 40% foram assassinadas por armas de fogo e 17% por armas brancas, sendo que em 40 mortes não há registo da causa de morte. À semelhança de outras partes do mundo, os incidentes armados (mortes e ferimentos) que ocorrem no espaço doméstico tendem a envolver armas de fogo legais, sendo que a probabilidade de uma mulher ser morta pelo companheiro triplica nos casos em que existem armas em casa. Contrariamente ao senso comum, a probabilidade de uma arma de fogo em casa ser usada para intimidar ou ferir membros da família é superior face à sua utilização contra possíveis intrusos.

De 15 a 21 de Junho, comemora-se a Semana de Acção Global Contra a Violência Armada. Até dia 21 de Junho, terão lugar vários eventos em mais de 85 países com o objectivo de chamar a atenção para o custo humano da proliferação e uso indevido de armas ligeiras. Em todo o mundo, mulheres em particular têm-se juntado a esta iniciativa através da campanha “Desarmar a Violência Doméstica”, liderada pela Rede de Acção Internacional Sobre Armas Ligeiras (IANSA). “Desarmar a Violência Doméstica” é a primeira campanha internacional destinada a proteger as mulheres da violência armada na esfera doméstica. O principal objectivo é garantir que o acesso a armas de fogo seja interdito a pessoas com antecedentes de violência doméstica.

Portugal, Austrália, Canadá, África do Sul, Trinidad e Tobago estão entre os países que harmonizaram os regimes legais sobre uso e porte de armas e violência doméstica. Isto significa que a legislação sobre armas e munições proíbe a posse de armas de fogo a perpetradores (condenados) de violência doméstica e prevê a retirada de armas de fogo em caso de violência doméstica. Através da campanha “Desarmar a Violência Doméstica”, os membros da IANSA têm reivindicado a harmonização destes regimes legais nos seus países de origem e respectivo aprofundamento. Em particular, têm defendido a consulta obrigatória das(os) esposas(os) e companheiras(os) durante o processo de candidatura a licença de uso e porte de arma de fogo como medida essencial para a salvaguarda das mulheres. Esta medida é especialmente importante dado que, em muitos casos, o agressor tem antecedentes de violência (ameaça ou agressão), sem que tal fosse do conhecimento da polícia.

O objectivo da campanha é ambicioso mas casos de sucesso, que tiveram lugar recentemente, demonstram que tal é possível. Ao longo da última década, vários países reformularam os seus regimes jurídicos sobre armas de fogo e têm registado importantes avanços, especialmente no campo da protecção das mulheres. No Canadá, a notificação de companheiros(as) já está em vigor e todas as preocupações comunicadas são investigadas pela polícia. O governo deste país criou também o serviço de esclarecimento telefónico. Trata-se de um número gratuito para o qual os companheiros(as) podem ligar para expressar as suas preocupações sobre o candidato(a) ou relatar crimes que não figurem no registo criminal dos candidatos(as). Na Austrália e África do Sul, são apreendidas as armas de fogo a todas as pessoas sob medidas de coacção relacionadas com incidentes de violência armada.

Adicionalmente, estas leis têm surtido efeitos positivos na redução de mortes provocadas por armas de fogo. No Canadá, a regulação sobre armas de fogo foi revista em 1995. Em 2003, a taxa de mortes causadas por armas de fogo tinha sido reduzida em 15% no geral e em 40% no caso das mulheres. Na Austrália, a legislação foi reformada em 1996. Cinco anos depois, a média de homicídios violentos perpetrados com recurso a armas de fogo havia decrescido em 45%. Igualmente, o efeito desta legislação foi mais pronunciado nas mulheres. O Canadá e a Austrália reformaram as suas leis há mais de uma década, mas poucos países seguiram o seu exemplo, apesar destes sucessos. Mais mulheres estariam protegidas se outros países agissem de forma semelhante face às suas legislações sobre uso e porte de armas.

Muitas mortes seriam prevenidas se os(as) decisores(as) políticos(as) e a polícia respeitassem o conhecimento e instinto daqueles mais próximos das pessoas armadas. A filha do homem norueguês havia contactado previamente a polícia, preocupada com a probabilidade do seu pai se suicidar com uma das suas armas. Nessa ocasião, a polícia confiscou duas armas de fogo ilegais (sem licença), mas não apreendeu nenhuma das outras armas de fogo legais na posse do agressor (uma *shotgun* e quatro espingardas), apesar de ele lhe ter mostrado o local onde estavam armazenadas. Aparentemente – e

illogicamente – estas armas não são consideradas perigosas, uma vez que são legais. Dias depois, três pessoas foram mortas.

Devemos todos considerar os impactos que a violência armada tem nas nossas vidas e nas nossas comunidades e exigir dos nossos governos e responsáveis pela tomada de decisões políticas e práticas eficazes de protecção das mulheres nas suas casas.

Observatório sobre Género e Violência Armada (OGiVA)  
Amnistia Internacional - Portugal

Para mais esclarecimentos:

Observatório sobre Género e Violência Armada (OGiVA): Tatiana Moura – 965 241 037  
Amnistia Internacional – Portugal: Pedro Krupenski - 918 502 502

